

nópolis, Vila Boa Esperança, Wanderlândia e Xambioá, NCz\$ 150.860,00.

Mais ainda, Sr. Presidente, foram liberados para ampliação de posto de saúde em Bernardo Sayão, Caseara, Peçueiro, Praia Norte, Sampaio e São Sebastião do Tocantins, NCz\$ 313.000,00 e para galpão de saneamento em Dois Irmãos, Novo Acordo, Pium, Ponte Alta do Tocantins e Miracema do Tocantins, NCz\$ 102.000,00.

Assim, Sr. Presidente, quero congratular-me com o Presidente da Fundação Sesp por ter enviado à Diretoria Regional de Goiás, com atribuição em todo o Estado do Tocantins, tão vultosa importância para melhoria da saúde pública no novo Estado do Tocantins. Era o que tinha a dizer.

O SR. ERALDO TINOCO (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa tem comentado, com insistência, a ausência de parlamentares neste plenário, o especialmente a falta de dinamismo nos trabalhos da Casa. Depois de promulgada a nova Constituição, poucos projetos foram aqui aprovados. É verdade, Sr. Presidente, que a inexistência de um novo Regimento para a Câmara dificulta um pouco o andamento desses trabalhos. Entretanto, é preciso que a Mesa tome sérias providências para que possamos dinamizar a tramitação legislativa. Há dezenas de leis complementares, centenas de projetos de lei tramitando nesta Casa. As comissões técnicas já foram instaladas, mesmo antes de aprovado o novo Regimento. De sorte que todas as condições para que esse trabalho retome o seu ritmo normal já estão efetivadas. Naturalmente, Sr. Presidente, cabe à Mesa encontrar uma maneira, um roteiro de trabalho, um *modus faciendi* para que essa dinamização ocorra. Creio que um caminho seria a seleção daqueles projetos mais urgentes, importantes e necessários, para que fossem submetidos a um calendário, a fim de que se buscasse imediatamente o parecer das comissões técnicas, para que o Plenário pudesse ser motivado para a discussão dessas matérias tão importantes, que aguardam pronunciamento da Casa.

Sabemos que há um grupo de parlamentares sempre atentos e presentes, mesmo nesses dias mornos, como o da sessão de hoje, mas também não desconhecemos que o que realmente faz com que haja entusiasmo, presença e participação, especialmente do Plenário, é a existência de matérias importantes a serem discutidas e votadas. Porém, isso só acontecerá se a Mesa tomar a atitude de ordenar a pauta e estabelecer um calendário coerente, para que essas matérias sejam urgentemente aprovadas.

Por isso, Sr. Presidente, ao apresentar essas sugestões, deixo registrada minha angústia, que é, sem dúvida, a da maioria dos parlamentares, com a falta de dinamismo nos nossos trabalhos.

Deixo esse apelo — repito — que V. Ex^a saberá transmitir aos demais componentes da Mesa, para que tenhamos uma pauta e um calendário coerentes, a fim de que nossos trabalhos sejam dinamizados.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o rio São Francisco, há anos chamado "Rio da Unidade Nacional", corre o risco de ter desmantelado seu incipiente e precário sistema de navegação. É que o Decreto-Lei nº 97.455, de 15 de janeiro de 1989, estabeleceu prazo de 90 dias para a privatização da Companhia de Navegação do São Francisco, ou a sua dissolução. Não sou contra a privatização, mas se é verdade que a empresa é deficitária, é preciso assinalar que só agora a Portobrás construiu um ancoradouro em Ibotirama para o transporte de soja e que até hoje um porto terminal do sistema, o de Juazeiro, não mereceu as atenções que devia receber. É preciso que se proclame que somente agora a região vem apresentando o desenvolvimento de que ela é potencialmente capaz, porque há apenas três anos o Governo Federal definiu o programa de irrigação para o Nordeste, que tem no rio São Francisco sua grande possibilidade de desenvolvimento. Somente na década de 80 ocorreu o desenvolvimento do oeste da Bahia. Os resultados disso podem ser comprovados no volume de carga transportada, que passou de 32 mil toneladas, em 1980, para 120 mil toneladas, em 1988. Esse volume quadruplicou ao longo de 8

anos, demonstrando que estamos trabalhando em uma região que, embora tenha sido contemplada na Carta de 1946 com 1% da receita pública para investimentos, não teve efetivamente executado um programa de desenvolvimento.

Portanto, sugiro que esse prazo seja prorrogado, pois não conheço — e creio que também esta Casa — qualquer empresa pública que tenha sido privatizada em noventa dias. Não sou contra a privatização, mas não posso, de maneira alguma, como Deputado que sou pela Bahia, estado que tem 50% da bacia do São Francisco em seu território admitir a hipótese de dissolução da Companhia de Navegação do São Francisco. Antes, são necessários investimentos para habilitá-la a desenvolver os trabalhos que é capaz de expandir e empreender e os serviços que pode prestar.

Por isso, no Projeto de Lei nº 1.514, em que trato de um plano de desenvolvimento para o vale do São Francisco, encaminhei solução para a Franave, sugerindo a transferência de seu controle acionário do Tesouro da União para a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que assim haverá de habilitar a empresa para depois privatizá-la. A Franave tem prestado relevante serviços à região, pois dispõe de instalações industriais, inclusive um estaleiro, em Juazeiro, que produz não apenas para a própria empresa, como para terceiros. O oeste da Bahia está-se desenvolvendo, e por isso este assunto é de fundamental importância para nós, até porque a soja produzida no oeste da Bahia pode ser transportada e escoada por um sistema intermodal que contemple o transporte fluvial até Juazeiro e o transporte ferroviário de Juazeiro ao porto de Aratu, na região metropolitana de Salvador.

Por conseguinte, Sr. Presidente, a minha reivindicação é no sentido de que o prazo estabelecido seja prorrogado, ao tempo em que solicito a atenção desta Casa para o exame do Projeto de Lei nº 1.514, de minha autoria, que contempla uma solução para a Franave, numa atitude séria, responsável e consequente a respeito do desenvolvimento do vale do São Francisco. Era o que tinha a dizer.

O SR. IVO VANDERLINDE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para comunicar num misto de alegria e tristeza, que me despeço temporariamente da Câmara dos Deputados, convidado que fui, o que muito me honrou, pelo Governador Pedro Ivo Campos para assumir a Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Estado de Santa Catarina. Na condição de agricultor, líder ruralista e líder cooperativista, quero contribuir para a agricultura daquele Estado, buscando integrar os organismos afins e realizando um trabalho sério e dedicado, voltado para o homem do campo, especialmente o pequeno agricultor, aquele que, a cada dia que passa, fica mais pobre, mais desamparado, mais desanimado, necessitando ser estimulado. Urge encontrar solução para os graves problemas da agricultura nacional. Creio que só o Governo é capaz de fazer isso. Portanto, como produtor rural, homem ligado a empreendimentos agropecuários e à liderança rural e com a experiência acumulada durante os seis anos em que exerci o mandato parlamentar, acredito no desenvolvimento da agricultura de Santa Catarina. Deixo o Congresso Nacional com a consciência tranqüila, pois, dentro de minhas limitações e possibilidades, cumpri meu dever. Fiz um trabalho dedicado e sério. No segundo ano de meu mandato, em 1984, cheguei à Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, onde, com calorosos companheiros, realizamos um trabalho gigantesco. Começamos lá a discussão sobre reforma agrária, criamos Subcomissão da Reforma Agrária, a Subcomissão do Cooperativismo, a Subcomissão da Pesca e fizemos dez viagens pelo Brasil, para que todos conhecessemos a realidade da agricultura brasileira.

Na qualidade de Constituinte, tivemos uma participação decisiva nos assuntos voltados para a agricultura. Pudemos defender a previdência social rural, a reforma agrária, a política agrícola e o cooperativismo, pois coordenei a Frente Parlamentar do Cooperativismo, composta de duzentos parlamentares, e contribuimos para uma das Constituições mais modernas no que diz respeito ao cooperativismo.

Por isso, deixo esta Casa — repito — com um misto de alegria e de tristeza. Alegria por ter a consciência tranqüila do dever cumprido e por haver recebido a missão de realizar esse trabalho em Santa Catarina, onde pretendo fazer algo em favor de minha categoria. É a primeira vez que chega à Secretaria da Agricultura daquele Estado um pequeno agricultor. Espero poder corresponder não só à confiança do Governador, mas dos ruralistas catarinenses. Tristeza, porque durante seis anos aqui atuei, fiz amizades, adquiri conhecimentos e experiências que, sem sombra de dúvida, me ajudarão nessa espinhosa missão, num momento em que é tão difícil assumir posições no Executivo, com o poder público semi-falido e com o Estado passando sérias dificuldades.

Assumo esse cargo sabedor de minhas responsabilidades, mas com força de vontade. Dedicar-me-ei ao máximo à realização de um bom trabalho para honrar a amizade e a confiança em mim depositadas pelos companheiros do Congresso Nacional.

Quero, pois, ao deixar temporariamente esta Casa, agradecer aos ilustres pares pelas amizades que aqui pude fazer, augurando aos que aqui permanecem, hoje sob a égide de uma nova Constituição, votos para que correspondam à expectativa da sociedade em relação ao Congresso Nacional, que tem o compromisso e a responsabilidade de elaborar as leis ordinárias e complementares à nova Constituição.

Deixo um abraço para todos os companheiros que permanecem nesta Casa. Aqui estaremos sempre que pudermos.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Melo) — Esta Presidência é testemunha do valor e do trabalho desenvolvido pelo ilustre Deputado Ivo Vanderlinde durante sua passagem nesta Casa, e deseja a S. Ex^a, pelo êxito nas novas funções que vai assumir em seu Estado.

O SR. NEY LOPES (PFL — RN. Pronuncia o seguinte. — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, a longa transição política brasileira deverá completar-se com a eleição, em 15 de novembro próximo, do futuro Presidente da República. O debate sucessório está nas ruas. Os nomes e siglas partidárias ocupam o agitado espaço de um período pré-eleitoral, já iniciado.

Classe política, e mais especificamente o poder civil, têm a maior soma de responsabilidade no momento. Depois do orgulho autoritário, cabe aos políticos comprovar a viabilidade e exequibilidade da democracia. E algumas lições históricas justificam a perplexidade do presente:

A. Os vários ciclos do desenvolvimento político brasileiro demonstram que a noção de partido, como ela é concebida doutrinariamente, não se ajusta à nossa realidade. Aqui existem frentes, salvo exceções, onde o regionalismo é a tônica maior de aglutinação inter-grupos;

B. O Decreto-Lei 477, herança do período autoritário, é, a nosso ver, o grande responsável pela inexistência de nomes que possam representar uma nova geração política no Brasil. Este instrumento do período revolucionário impediu o nascimento e crescimento de lideranças, dentro das escolas e universidades. Em consequência, estamos hoje envolvidos numa disputa presidencial, em que a grande maioria (quase totalidade) dos disputantes é constituída de militantes antes de 1964. Note-se que a Espanha, por exemplo, teve em Felipe Gonzales, com menos de 40 anos, um dos esteios maiores de sua transição institucional. Isto não quer dizer que a idade seja fator determinante de um bom governante. Em absoluto, até porque acreditamos que o progresso nasce de elementos novos e elementos adquiridos pela experiência. O ingrediente sócio-político ora destacado é o aprisionamento da política brasileira a métodos e práticas do passado, aí se incluindo o próprio período revolucionário, pois muitas dessas lideranças, hoje aspirando à Presidência, são também produtos de 1964, na medida em que foram "tolerados" pelo poder militar dominantes.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, diante dessa realidade apreensiva, resta-nos uma única saída: o fortalecimento dos partidos políticos. Mesmo considerando as frentes existentes, por não ser possível negá-las, há que se fazer um esforço para torná-las eficazes, através

do instrumento democrático da coligação partidária. Em todo lugar do mundo a coligação supera divergências e une as convergências na busca do poder legítimo. É necessário que no debate da sucessão presidencial brasileira a hipótese de coligação seja colocada sobre a mesa, evitando a pulverização de nomes de partidos, o que, em última análise, colabora para maior inautenticidade dos partidos.

Somente a coligação permitirá superar divergências, tais como o uso do horário gratuito na televisão, na campanha eleitoral. Como admitir-se que siglas, até sem representação congressual, sejam postas em idêntica posição àquelas que detêm parcelas da representação política? Em princípio, a idéia parece democrática, porém não se há de esquecer que a democracia pressupõe normas e regras, e a democracia direta da Grécia foi sucedida pela democracia representativa, isto é, os cidadãos participam do Governo e das decisões através dos seus representantes e estes dão forma e conteúdo aos partidos políticos legais. Na casa política, por exemplo, as decisões na composição da Mesa, das comissões permanentes e transitórias e demais atos de gestão são tomadas em razão da representatividade partidária, assegurada, é claro, a participação das minorias.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a começar pelo partido da frente liberal (PFL), do qual sou membro fundador e participante do seu primeiro Diretório Nacional, haverá de ser estudada, enquanto é tempo, a hipótese de coligação partidária para superar divergências e criar vínculos de convergência. De que adianta disputar por disputar, sem chances e sem possibilidades de vitória? Seria atitude imatura e inconseqüente politicamente, por mais respeitável que seja o nome do candidato indicado.

E a coligação não significa necessariamente que o partido não tenha candidato. Ela pode ser admitida, tanto para compor a chapa presidencial, quanto para atrair adeptos e, dessa forma, dispor de maior espaço nos órgãos de comunicação.

Em resumo: as frentes brasileiras, que substituem os partidos, se tornarão mais coesas a partir do momento em que o instrumento da coligação partidária substitua o egoísmo até hoje demonstrado, em que o melhor caminho para o país parece ser propriedade privada de nomes ou de siglas. O diálogo democrático passa pela coligação entre partidos. E isto é que tornará a transição estável e a eleição legítima.

O SR. AMAURY MÜLLER (PDT-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao promover sucessivas edições do “samba do crioulo doido”, o Governo da Nova República não apenas aumenta a confusão generalizada, que inviabiliza a própria sobrevivência da maioria do povo brasileiro, como também, a cada dia que passa, perde a credibilidade, o bom-senso, a vergonha e a própria perspectiva histórica.

Ouço falar. Sr. Presidente, que a inflação de março deverá superar o patamar de 6% o que, na ótica dos tecnoburocratas comodamente instalados nos gabinetes ministeriais, é extremamente perigoso para o sucesso do Plano Verão. Ora, esse Plano engendrado cinicamente nas catacumbas do poder, longe dos centros de decisão nacional e das preocupações da maioria da população, obviamente não poderia dar certo, na medida em que penalizou duramente, uma vez mais, a classe assalariada, congelando os seus míseros salários na média dos doze meses e mantendo os preços teoricamente congelados no seu pico. Eis que, agora, assustados com a pressão de poderosos grupos econômicos que continuam inflando nas decisões governamentais, editando regras antipovo, o Governo do Sr. José Sarney autoriza o descongelamento de alguns preços sob o hipócritico pretexto de realinhamento. Feijão e arroz, que já foram parte integrante da dieta do povo brasileiro, tiveram alta substancial para quem tem o salário congelado. Diversos outros produtos, listados pelo Governo, estão muito acima dos preços praticados pelos próprios supermercados dentro da lei da oferta e da procura.

Mas, enquanto isso acontece, isto é, enquanto o Governo cede às pressões dos poderosos, das elites minoritárias e privilegiadas, e enquanto o trabalhador continua recebendo um salário círrico e de fome, a convulsão social ameaça desembocar em uma indesejável guerra civil de conseqüências e dimensões imprevisíveis.

É o cerco da fome que, na sua arrogância, não bate à porta, invade e destrói os lares, é o cerco da miséria, o anel de ferro das privações, do desrespeito continuado aos direitos fundamentais da pessoa humana que marcam essas edições sucessivas do “samba do crioulo doido”, patrocinadas pelo Governo do Sr. José Sarney.

A questão agrária, por exemplo, patinha nas próprias contradições oficiais, e enquanto 12 milhões de brasileiros esfarrapados, famintos, sem amanhã, continuam na expectativa de que possa haver uma profunda mudança na estrutura fundiária do País, os barões da terra acumulam cada vez mais em suas mãos a propriedade. Nem mesmo o Congresso Nacional, cujos compromissos com a História e o futuro do País são inarredáveis, contribui para que esse problema tenha solução a curto prazo.

Hoje deveria realizar-se, no Auditório Petrônio Portela, um ato público patrocinado pelas entidades que integram o Fórum pela Reforma Agrária do Distrito Federal. A cerimônia estava marcada para as 15 horas, e deveria conclamar a sociedade brasileira e, por extensão, a própria sociedade civil brasileira amanhã pelo Congresso Nacional e, certamente, rejeitado em face do acordo já celebrado pelas Lideranças de todos os partidos, menos o PMDB.

Esse decreto, Sr. Presidente, não custa lembrar, virtualmente sepultou o sonho da reforma agrária, na medida em que reduziu drasticamente as áreas passíveis de desapropriação por interesse social para a implantação da reforma agrária; liquidou com a função social da terra. Em conseqüência, aumentou consideravelmente o número de “bóias-frias” e párias que habitam a fimbria de miséria nas pequenas, médias e grandes cidades e, a um só tempo, extinguiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Ora, não se pode compreender, Sr. Presidente, que à última hora, depois de programado o ato e fixados o horário e o local, a Presidência do Congresso Nacional e do Senado da República alegue que as instalações do Auditório Petrônio Portela só podem ser cedidas para atos patrocinados por partidos políticos. As entidades que integram o fórum de debates em torno da reforma agrária incluem os partidos políticos, pelo menos, os que lutam verdadeiramente pela reforma agrária e são signatários do convite: o Partido Comunista do Brasil, o Partido dos Trabalhadores, o Partido Democrático Trabalhista, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido da Social Democracia Brasileira. Nega-se a esses partidos o direito de, juntamente com várias outras entidades preocupadas com rumos equivocados do processo fundiário brasileiro, promover esse ato, sob o pretexto frágil e equivocado de que seria um ato político e não estaria dentro da visão da Presidência do Senado cessão das suas dependências.

Quero fazer este apelo a V. Ex^a Sr. Presidente, que ocupa eventualmente a Presidência; esta Casa precisa ter poder de decisão. Se não é possível realizar o ato pela reforma agrária e contra o Decreto nº 2.363 no Auditório Petrônio Portela — e lá manda o Senado, não os Deputados — aqui na Câmara dos Deputados isso pode ser feito, na medida em que a Mesa concordar com a cessão do Auditório Nereu Ramos ou de qualquer instalação da Casa. Afinal, está é a Casa do povo e não se pode proibir que o povo a frequente e aqui promova atos em favor de uma luta que deve ser de todos os brasileiros.

Fica este apelo. Não importa, para nós que lutamos por uma verdadeira reforma agrária capaz de modificar a melancólica e sombria fisionomia do meio rural brasileiro, que o ato seja realizado em qualquer parte, no Salão Verde, no Salão Negro, pelos corredores, desde que haja um local onde possamos nos reunir para conclamar, não só os Parlamentares, mas a sociedade brasileira a pressionar a Casa para que rejeite, amanhã, o famigerado Decreto nº 2.363. Faço este apelo em nome da própria consciência nacional. Não podemos admitir que uma Casa de leis, teoricamente a Casa que abriga os representantes do povo, se negue a permitir que em qualquer das suas instalações seja realizado este ato. Fica a certeza, Sr. Presidente, de que V. Ex^a encaminhará o assunto com a urgência necessária ao colegiado desta Casa, a fim de que ele decida, antes das 15 horas, se é ou não possível a realização do ato. Estou convicto de que a Mesa não se negará, mas,

se isto eventualmente ocorrer, quero dizer a V. Ex^a que, lamentavelmente, faremos esse ato em qualquer parte da Câmara dos Deputados. Estamos convencidos de que somos parte dela, temos direito sobre ela, e ninguém poderá negar essa prerrogativa de lutar por uma causa justa e legítima, como é a da reforma agrária.

O SR. VICENTE BOGO (PSDB-RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar quero registrar as minhas congratulações ao Deputado Ivo Vanderlinde, que vai assumir a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Quero crer que sua participação na Constituinte, como S. Ex^a frisou, seu trabalho, seu conhecimento, o acompanhamento de todo o processo constituinte nesses dois anos, e até mesmo sua experiência parlamentar anterior, de outro mandato, credenciam-no para bem gerenciar a Secretaria da Agricultura do Estado de Santa Catarina, a quem hipotecamos o apoio nessa tarefa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, quero registrar, também, minha solidariedade aos servidores do Brasil inteiro, que no dia de hoje aqui vão comparecer a um ato público e, amanhã, à votação, a ser feita no Congresso Nacional, do Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987. Este decreto extingue o Inbra e dá outras providências.

A propósito, quero lembrar que houve acordo de Lideranças, na última semana, para se aprovar os vetos presidenciais e a outras medidas, como é o caso das Medidas Provisórias nº 39 e 40, do Governo Federal, e para que amanhã, dia 28, em sessão do Congresso Nacional, seja rejeitado o Decreto nº 2.363. Espero que os partidos políticos tragam integrantes das suas bancadas para que haja quorum e o acordo seja realmente efetivado.

Trouxe-me apreensão, Sr. Presidente, a respeito deste assunto, a informação de que, neste final de semana, estavam sendo feitas articulações nos bastidores de alguns Ministérios ou áreas do Governo, no sentido de se tentar atropelar este acordo para rejeição do Decreto nº 2.363, muito embora saiba-se que houve concordância do representante do Governo junto aos Parlamentares desta Casa, em relação ao acordo. As articulações seriam no sentido de o Governo mandar um projeto de criação de uma nova autarquia, sem que se fizesse a rejeição do Decreto nº 2.363.

Quero registrar que não podemos concordar com esse tipo de atitude por parte do Governo, que atropela os acordos dos partidos políticos. Quero apelar para que os partidos, amanhã, assumam e cumpram o que foi decidido na última semana, para a rejeição do Decreto nº 2.363. Queremos que volte a haver uma autarquia que dê tratamento à questão fundiária nacional.

O SR. GABRIEL GUERREIRO (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estão reunidos aqui em Brasília, no Itamaraty, chanceleres de inúmeros países latino-americanos e do Terceiro-Mundo, para discutir as providências com relação ao meio ambiente.

Essa é uma posição interessante e, por outro lado, preocupante, porque, a nível internacional, há uma grande pressão com relação ao problema ecológico.

Volto um pouco na História para recordar aos Srs. Deputados que, na década de 1950, na época da guerra fria, e, posteriormente, na década de 1960, passamos por um longo período de ditaduras na América Latina e nos países subdesenvolvidos, em função do comunismo. Havia comunistas escondidos por todos os cantos, ameaçando a segurança dos países e do mundo. Por causa disso, tivemos um longo período de ditaduras. Os principais países capitalistas investiram contra o mundo subdesenvolvido, o Terceiro Mundo, sob a alegação de que os comunistas iam causar problemas terríveis ao mundo inteiro.

Agora, Sr. Presidente, investe-se novamente contra os países subdesenvolvidos, não mais com medo dos comunistas, mas da desgraça ecológica.

É uma outra bandeira que os países centrais do capitalismo colocam para pressionar os países do Terceiro Mundo.

Quero aproveitar a oportunidade para pedir a transcrição nos Anais desta Casa de um artigo que tenho em mão, que trata do problema do CO₂ na atmosfera terrestre, os perigos e os percalços do efeito estufa, cau-